### Macintosh HD:Users:leandromedrano:Desktop:fau_usp-1.jpg

### PROJETO DE PESQUISA

### IC 2019

### Título:

**Arquitetura e Urbanismo frente ao espaço social no século 21: a questão do Estado**

Orientador:

Prof. Leandro Medrano (FAU USP)

Prof. Luiz Recamán (FAU USP)

Aluno:

xxxxxxxxxxxx

**Resumo**

A revisão crítica das disciplinas propositivas do espaço depois das vicissitudes ideológicas no século 20, e os novos processos sociais e econômicos da *produção do espaço,* são problemas prementes neste início do século 21. Ambos exigem uma atualização disciplinar crítica para poder seguir disputando a transformação esclarecida dos significados da arquitetura e do urbanismo. Em relação às cidades brasileiras houve grande avanço desde o final do século 20 no que se refere aos instrumentos das políticas urbanas, que, no entanto, não puderam garantir uma urbanização socializadora e democrática. O objetivo desta pesquisa é identificar os marcos estruturais apresentados na reflexão teórica dedicado ao tema da relação do Estado com as práticas urbanas e arquitetônicas contemporâneas, principalmente considerando as rupturas de paradigmas estabelecidas a partir da crise econômica mundial de 2008. Para tanto, pretende-se organizar uma seleção de textos nacionais relacionados ao tema, e por meio deles estabelecer uma leitura crítica de seus fundamentos. Trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica, baseada na metodologia das [*systematic literature review*](https://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=systematic+literature+review&spell=1&sa=X&ved=0ahUKEwjfqcjrte7jAhV2IbkGHXs1BQsQkeECCCwoAA)*s* com vistas ao estabelecimento de uma "antologia temática". Esta seleção é parte de um projeto de pesquisa mais amplo, o Projeto Temático FAPESP “*Architecture and urbanism, addressing the social space in the 21st Century: segregation strategies and appropriation tactics*”. Nessa pesquisa, em andamento, o tema Estado soma-se a outros que irão compor uma "antologia" comentada dedicada ao seguinte conjunto de temas: Estado, Forma Urbana, Política, Violência, Segregação, Raça, *Commons*, Teoria, História, Cultura e Estética. Como resultado, espera-se o aprofundamento do conhecimento teórico e crítico específico para a condição da arquitetura e do urbanismo brasileiros neste início de século 21.

**Palavras chave:** Teoria do urbanismo; Teoria da arquitetura; Desenho Urbano; Estética; Crítica; Direito à cidade.

**3. PROJETO DE PESQUISA**

**Introdução**

As transformações econômicas e os processos sociais emergentes desde o final do século XX colocam questões fundamentais para a Arquitetura e o Urbanismo (A&U) – entendidos como campo de conhecimento e intervenção nas cidades – diferentes daquelas do ciclo moderno industrial. O conflito sócio-espacial entre a *localidade* que preside as experiências coletivas e individuais nas cidades e o avanço das abstrações sócio-econômicas imbricadas pela unificação produtiva *global* torna cada fenômeno urbano uma dualidade dinâmica de caráter fundamentalmente *espacial*. Tal dualidade deve ser compreendida na dupla realidade do *espaço*: relacional, e portanto cada vez mais acelerada; e física e material, impondo *permanências* à experiência social (LÖW, 2013).

A retomada crítica atual das possibilidades de renovação disciplinar segundo novos paradigmas de atuação é uma exigência do esgotamento do caráter formal e simbólico da A&U e seu papel supra-estrutural. A relação entre a dinâmica financeira do capitalismo global e a A&U também avançou, nesse período, em direção ao campo sagrado do *standard*: a habitação coletiva (HC), preservada de grandes performances formais e do mercado, durante a gestão do Estado do Bem-Estar social. O ingresso do capital financeiro nesse domínio, outrora exclusivo das políticas do Estado Social durante o século XX, se deu em dois níveis: o acesso à estrutura fundiária geral das cidades, e o acesso aos grandes volumes de capital empregados nas políticas públicas da habitação coletiva (FIX; CANO, 2011; HARVEY, 2012). Em alguns países, como a Espanha, esse movimento do capital teve como resultado uma superprodução de unidades habitacionais (GARCÍA, 2008; NAREDO, 2010). Em outros, como a Holanda, fundamentou um estratégia de reorganização total do seu território (BOEIJENGA; MENSINK, 2013; GALLE et al., 1997). Isso se deveu ao fato de que essa política de investimentos teve como lógica indutora a especulação fundiária e financeira, distantes da lógica da demanda social que guiava as estratégias anteriores da produção habitacional em massa. Desse processo resultou a crise financeira de 2008, indicando o *limite* da base econômica que dava sentido e suporte à produção dessa arquitetura.

No entanto, no que diz respeito a esta pesquisa e suas expectativas, devemos considerar que associadas a essa dimensão *espetacular,* que alcançou a produção de habitação coletiva desde o final do século XX, ocorreram especulações tipológicas, programáticas e de *localidade* urbana, que indicariam uma alteração da condição do *espaço,* como aqui vem sendo tratado essa unidade experiencial de relações sociais emateriais. Tais alterações podem indicar uma compreensão de *cidade* e as possibilidades de configuração de uma nova espacialidade contemporânea de caráter urbano, e que pode ser considerada, pelo menos do ponto de vista da A&U, uma *virtualidade*, no sentido sancionado por Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 2001), fundamental para esta pesquisa.

Interessa pensar, caso haja validade histórica da presença da A&U no mundo contemporâneo, como esse processo ideológico acelerado – que praticamente dá simultaneidade crítica às ideias, teorias e produtos –, podem transformar a disciplina, não apenas o seu *objeto* – seu “campo ampliado” – mas sua relação com as práticas sociais que estão em permanente processo de apropriação e negação dos espaços racionalizados. Sendo assim, esta proposta de pesquisa situa-se a meio caminho entre as *estratégias* sistêmicas da A&U, inexoráveis, e as possibilidades de absorção crítica das *táticas* não arquitetônicas de apropriação (CERTEAU, 1994), agora traduzidas em espacialidade material. Essa inflexão disciplinar, pensamos, deve ter como ponto de partida um momento de crítica radical realizado especialmente nos anos 1970; exatamente a produção considerada prescrita pelas estratégias disciplinares “pós-críticas” da pós-modernidade (BALIBREA, 2001; HAYS, 1984; HILL, 2015; MARTIN, 2005a, 2005b).

Nesse período, os resultados sociais das estratégias socioespaciais da modernidade arquitetônica e produtiva foram avaliados e criticados, ao mesmo tempo em que algumas possibilidades de atuação puderam ser vislumbradas. Esse momento crítico que aqui interessa ultrapassa as questões diretamente ligadas à A&U, ainda que haja aí prolífera e estimulante produção. Vislumbra também, especialmente, a reflexão crítica sobre a categoria tornada central na experiência moderna: o espaço social.

A partir dos anos 1980, esse debate é rapidamente instrumentalizado e parcialmente neutralizado, dando base às especulações formais e urbanas que caracterizaram o falso “retorno às cidades” e à experimentação formal da arquitetura. Assumimos, portanto, que o pensamento arquitetônico na segunda década deste século, deva situar-se em um novo patamar crítico que, além da crítica à *funcionalidade sistêmica* (BIRAGHI, 2013; HABERMAS, 2015; TAFURI, 1979), aponte para o *espaço* urbano como condição essencial de transformação social, como exigido pela dialética lefebvriana desde a publicação de *Droit a la ville* em 1966.

Esse é o panorama histórico sobre o qual emergem as questões presentes neste projeto de pesquisa, de caráter exploratório: compreender o papel do ***Estado*** em relação às demandas contemporâneas da A&U.

**Enunciado do problema**

A pesquisa parte dos seguintes questionamentos: como o processo de urbanização desordenada (84,3% em 2010 segundo o IBGE) impactou, e impacta, a construção de um conhecimento crítico da A&U ? E quais as possibilidades de uma renovação disciplinar que permita sua maior inserção nos processos de transformação urbana, sejam eles nas políticas públicas ou no horizonte urbano dos movimentos sociais? A renovação disciplinar é um tema global, que surge no vácuo de reflexão crítica que sucedeu a crise ideológica do pensamento neoliberal que marcou as décadas de 1980, 1990 e 2000, e seus grandes reflexos na A&U mundiais. Por isso, não podemos perder de vista a conexão dialética entre as questões especificadamente locais e os grandes processos globais, tanto em relação à produção do território quanto a inteligência crítica que se acumula nos centros do debate acadêmico, dos quais fazemos parte.

Nas últimas décadas a questão urbana no Brasil caminhou em uma dupla direção: a urbanização desordenada, no sentido do *direito à cidade,* ocorreu ao mesmo tempo em que o longo processo de luta política pela reforma urbana foi se consolidando, até gerar uma série de instrumentos jurídicos normativos e uma rede de ação social inovadora e progressista. A reflexão sobre as causas restritivas do avanço social da questão urbana em São Paulo e no Brasil tem sido amplamente estudadas (e.g. BÓGUS; TASCHNER, 1999; CALDEIRA, 2000, 2012; DEÁK; SCHIFFER, 2007; KOWARICK, 1978, 1996; MARICATO, 2001, 2011; SANTOS; ELIAS, 1988; VILLAÇA, 1998), capturando com precisão a problemática econômica e social do processo fundiário e urbano que envolve a urbanização periférica. Esta pesquisa pretende estender essa compreensão para a *forma urbana*, no sentido das disciplinas em torno da A&U, este último entendido em relação à dimensão construída do espaço. Ou seja, buscar a dimensão social da *forma urbana* *e arquitetônica* nas formações sociais emergentes neste início de século, segundo uma crítica que tenha por base a relação entre arquitetura e cidade.

Disciplina

Nesse sentido, o que deve ser observado neste momento é o olhar para a cidade, como fenômeno *total*, do ponto de vista das disciplinas da Arquitetura e Urbanismo (LEFEBVRE, 1991, 2001; STANEK 2011). Não se trata de uma outra cidade – ideal, regulada e ordenada –, mas da relação entre um saber específico e seus instrumentos históricos de intervenção espacial e a dinâmica social do espaço urbano. Dentro das disciplinas específicas de intervenção espacial, o ponto de vista proposto é aquele que busca compreender os fundamentos ideológicos, culturais, simbólicos e históricos da forma arquitetônica e urbana (objeto disciplinar) (FAINSTEIN; CAMPBELL, 2011; JABAREEN, 2006; STANEK, 2011). Essa abordagem, estética e materialista, procura compreender criticamente, dentro da história disciplinar, os pressupostos e possibilidades da Arquitetura na ação sobre a cidade. Estamos diante de dinâmicas profundamente relacionadas, da arquitetura e da cidade, mas que mantém suas especificidades.

Destarte, esta questão vincula-se diretamente a uma linha de reflexão que busca compreender os impasses e aporias da formação disciplinar da Arquitetura Moderna no Brasil. Identifica nessa formação elementos que confluíram com as dinâmicas estruturantes da dualidade social do país na construção de uma sociedade que, do ponto de vista geral, teve e tem dificuldades de constituir uma esfera pública (DAMATTA, 1997), e do ponto de vista espacial, um sentimento anti-urbano (MEDRANO; RECAMAN, 2013; SINGER, 1973). Essa estrutura da ocupação territorial que não constitui urbanidade responde às estruturas sociais e históricas bem analisada no pensamento brasileiro (FERNANDES, 1975; FREYRE, 2005; HOLANDA, 1995; PRADO JR, 2012), estetizadas e formalizadas, como *statement* arquitetônico de grande impacto, e que inclui a situação privilegiada de projetação e construção de uma capital federal. Principalmente, essa estrutura dual traduzida em antiurbanidade disciplinar mantém-se até os dias de hoje, ainda que tentativas de ultrapassá-la formalmente sejam esboçadas em tempos recentes. Tratou-se, até o momento, de uma condição disciplinar que exige uma profunda revisão de pressupostos, a fim de se transformar.

**Brasil**

No Brasil, nos anos 1960 e 1970, as circunstâncias históricas e a radicalidade do processo social, colocaram a vanguarda da arquitetura diretamente vinculada à vanguarda política, envolta em temas como o nacionalismo e o anti-imperialismo (ARTIGAS, 2004; PEDROSA, 1966; SCHWARZ, 1978). Essa conjuntura, aliada aos pressupostos arquitetônicos como o lote, o palácio, o vazio e a casa , afastaram ainda mais a arquitetura brasileira da *cidade* (MEDRANO; RECAMAN, 2013; RECAMAN, 2007). Isso ocorreu em meio a um dos mais radicais processos de urbanização e industrialização do século XX e direcionou, paradoxalmente, a problemática disciplinar para o objeto arquitetônico, em suas relações espaciais internas, em detrimento das relações com o meio urbano (PEDROSA, 1966).

Os anos 1980 prometeram uma renovação disciplinar inconclusa, rapidamente reorganizada em torno da tradição moderna brasileira, agora aliviada das tensões sociais originais. Desde então essa tradição recrudesce a algumas Instituições – acadêmicas, culturais e profissionais – enquanto a produção espacial das cidades brasileira passa a ser regulada pelo mercado imobiliário, pelas ocupações informais e pela legislação baseada, desde os anos 1940, no *zooning* (FELDMAN, 2005). Desde esse lugar restrito, a disciplina reorganizou-se, esquematicamente, em quatro argumentos principais.

O primeiro, que advogava o resgate formal do léxico moderno, buscava apoio nas reflexões de Habermas (1982) sobre a “modernidade inconclusa” (HABERMAS, 2000), difundido entre nós por Paulo Sérgio Rouanet (ROUANET, 1987). O filósofo alemão preservava os avanços do construtivismo arquitetônico, sem suas sobrecargas ideológicas totalizadoras presentes no movimento moderno. Sobretudo, preservava uma funcionalidade *estrita* de uma outra, problemática, *sistêmica*. Como nós houvéramos constituir um forte e reconhecido vocabulário moderno, adequado à natureza ressignificada – nossa *tabula rasa* –, tratava-se de aprofundar seus vocábulos sem seu nexo ideológico prescrito (PUNTONI, 1991).

O segundo argumento aceitava a pós-modernidade como fenômeno da globalização e, principalmente, seu esquema de citações e referências a serem recolhidas na história ou na cultura popular. Nesse caso, a *linguagem* da *arquitetura moderna brasileira*, de grande difusão em diversos níveis de apropriação, seria a referência e contexto de um *país condenado ao moderno*, como vaticinara Mário Pedrosa (PEDROSA, 1981). Assim, a reutilização exaustiva das formas e esquemas espaciais da arquitetura moderna corresponderia ao ambiente cultural construído no país sem tradições. Aprofundar o conhecimento das soluções canônicas dos mestres locais, para poder reproduzi-las de maneira consciente e ampliada, dava fundamento metodológico aos processos de projeto que eram difundidos em algumas das principais escolas de arquitetura. De alguma forma essa estratégia se alinhava a uma preocupação internacional de reinvenção da disciplina, e seu método, depois dos grandes mestres modernos e suas intuições construtivas revolucionárias (MARTIN, 2005a; SCHRIJVER, 2011; SCOTT, 2010).

 O terceiro argumento procurava dar validade à produção dos anos 1990 como expressão de *regionalismo crítico*, seguindo as reflexões de Kenneth Frampton (ARANTES, 1998; FRAMPTON, 1993). Essa produção era portanto uma expressão local que seria coerente à crítica ao idealismo e universalismo do movimento moderno em arquitetura. Mais do que uma mera referência contextual, a produção brasileira reorganizada a partir do final dos anos 1980 era uma expressão local de atualização estética de uma tradição espacial e construtiva apropriada não diretamente, ou seja, *criticamente*.

 O último argumento, também grosso modo esquematizado aqui, procura identificar os mecanismos determinantes da ocupação territorial que ultrapassam as especificidades disciplinares da arquitetura. A arquitetura seria um das manifestações da exploração do trabalho e da terra, e a sua crítica atingiria os fundamentos dos conflitos sociais no Brasil. Sua força explicativa atinge especialmente a questão urbana e a produção capitalista do espaço em sua versão local. Nesse sentido, a expressão arquitetônica não teria condições de contrapor ou mesmo resistir às estratégias capitalistas de ocupação do território. A influência local dessa abordagem teria sido de origem arquitetônica, em especial a crítica radical de Sérgio Ferro ao projeto arquitetônico como estruturador e possibilitador da divisão capitalista do trabalho na construção civil (FERRO, 2006). Outra grande influência seria o trabalho do sociólogo espanhol Manuel Castells, e sua obra internacionalmente difundida nos anos 1970 (CASTELLS, 2007). Essa crítica à arquitetura problematizou um dos fundamentos ideológicos da arquitetura moderna brasileira, a saber, a dimensão urbanística e social do projeto. A Arquitetura perde assim, qualquer protagonismo no processo de produção espacial, do ponto de vista de seu potencial crítico e moderno.

Em qualquer dessas abordagens, o forte vínculo entre arquitetura contemporânea e a cidade real, entendida esta em suas formas construídas e culturais, perde a validade no contexto local. A perspectiva deste trabalho se insere em uma pesquisa que vem sendo trilhada há algum tempo e que busca exatamente esse vínculo, hoje considerado fundamental nas novas expressões críticas da arquitetura. É portanto, uma retomada de uma consciência disciplinar da A&U que procura colocar no centro do debate atual a forma urbana e a especificidades metodológicas das disciplinas de transformação e intervenção no espaço. Nessa nova interpretação disciplinar, temas fundamentais emergem (*heterologias*), dependendo das circunstancias globais e locais(CUTHBERT, 2011).

**Estado**

**xxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxx xxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx xxxxxxx xxxxxxxxxx xxx**

 **Objetivo Geral (OG)**

**O objetivo desta pesquisa é identificar os marcos estruturais apresentados na reflexão teórica dedicado ao tema da relação do Estado com as práticas urbanas e arquitetônicas contemporâneas, principalmente considerando as rupturas de paradigmas estabelecidas a partir da crise econômica mundial de 2018.**

**Objetivos Específicos (OE)**

1. Realizar uma revisão do tipo [*systematic literature review*](https://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=systematic+literature+review&spell=1&sa=X&ved=0ahUKEwjfqcjrte7jAhV2IbkGHXs1BQsQkeECCCwoAA)*s* (SRL) da produção teórica e crítica dedicada à relação do Estado com a A&U, que considere os pressupostos apontados neste projeto de pesquisa, na medida de seu papel estratégico na construção do *espaço* urbano contemporâneo;
2. Desenvolver uma seleção comentada dos textos mais relevantes identificados na SLR;

**Metodologia**

 Trata-se de uma pesquisa exploratória, cujas discussões e conclusões deverão resultar das seguintes estratégias:

Fundamentação

 Revisão da literatura relativa aos temas: arquitetura e desenho urbano, o espaço social contemporâneo, o espaço social brasileiro, habitação coletiva e habitação de interesse social. Serão priorizados artigos de revistas indexadas e arbitradas e livros especializados publicados nos últimos cinco anos. [OE 1]

Evidências

 Selecionar e desenvolver um texto crítico de pelo menos 3 textos dentre os mais relevantes identificados na SLR [OE 2]

Discussão

 Analisar criticamente estudos de caso à luz da literatura revisada e das hipóteses formuladas na pesquisa. A análise espacial, que nesta pesquisa pode ser compreendida como análise estética, deverá considerar: o confronto das dinâmicas espaciais propostas àquelas pré-existentes no urbano imediato; perscrutar a dimensão social da forma arquitetônica e urbanística dos projetos; identificar seus pressupostos disciplinares; e identificar sua inserção nas discussões urbanísticas contemporâneas e a decorrência social e urbana das opções projetuais. [OG]

**Cronograma**

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Semanas** |
| **Etapas** | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| Pesquisa bibliográfica |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Coleta preliminar de dados (SLR) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Seleção dos Estudos de Casos [OE2] |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Coleta de dados (SLR) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Análise dos textos selecionados |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Relatório Final |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**Bibliografia**

****

****

****